



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO/INFORMAÇÃO** ao **CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF**, em formato digital, conforme detalhamento abaixo, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – RIF DE MARIA CEZARINA APARECIDA MORAES POLICARPO (CPF 117.063.808-28), DIRETORA DA UNSBRAS (UNIÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL), ENTRE JANEIRO DE 2023 E JULHO DE 2025

JUSTIFICAÇÃO

A requisição do Relatório de Inteligência Financeira da senhora Maria Cezarina Aparecida Moraes Policarpo é uma diligência fundamental e inadiável para a completa elucidação dos fatos investigados por esta CPMI. A senhora Policarpo não é uma figura periférica, mas sim diretora e secretária da Unsbras, entidade que está no epicentro da "Operação Sem Desconto", investigação da Polícia Federal e da CGU que apura um esquema de R\$ 6,3 bilhões em fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS. Sua nomeação para a diretoria ocorreu



em setembro de 2023, de forma sintomaticamente estratégica, apenas sete dias após a Unsbras firmar o acordo de cooperação técnica com o INSS que viabilizou a "farra dos descontos". Sob sua gestão, a entidade experimentou uma explosão de faturamento, saltando de R\$ 2 milhões para mais de R\$ 10 milhões mensais em poucos meses, um crescimento exponencial e suspeito que coincide com a intensificação das cobranças ilícitas e exige uma análise aprofundada das movimentações financeiras de seus dirigentes.

A necessidade de devassar as finanças da diretora da Unsbras se torna ainda mais premente quando se analisa a teia de relações que a conecta a um conglomerado empresarial com histórico em esquemas análogos. A senhora Policarpo possui vínculo familiar direto com Rodrigo Rosolem Califoni, executivo do Grupo THG (Total Health Group) e braço direito de Maurício Camisotti, empresário apontado como figura central em outras fraudes contra beneficiários da previdência. Tal conexão, somada à estratégica mudança da sede da Unsbras para um endereço vizinho ao de outra entidade investigada, a Ambec, robustece a tese de uma articulação criminoso sistêmica e dolosa, operada por uma rede coesa de indivíduos e empresas. Ignorar esses vínculos seria uma grave omissão desta CPMI. O RIF é a ferramenta essencial para verificar se as finanças pessoais da senhora Policarpo refletem essa articulação, seja por meio de transferências atípicas, aquisição de patrimônio incompatível ou outras operações que possam indicar o recebimento de vantagens indevidas oriundas da pilhagem dos benefícios previdenciários.

Embora o nome da senhora Policarpo ainda não tenha sido explicitamente listado nos mandados judiciais da "Operação Sem Desconto", sua responsabilidade como diretora e secretária é inequívoca. Competia a ela zelar pela lisura dos processos administrativos que, na prática, resultaram na filiação fraudulenta de centenas de milhares de aposentados, muitos dos quais hoje buscam reparação na Justiça. O RIF solicitado ao COAF transcende a mera especulação; é um instrumento probatório indispensável para confrontar a narrativa oficial



da entidade com a realidade financeira de quem a comanda. É imperativo que esta Comissão investigue se o enriquecimento meteórico da Unsbras se traduziu em enriquecimento ilícito para seus diretores, perfazendo o caminho completo do dinheiro desviado dos mais vulneráveis. A análise de suas movimentações financeiras é, portanto, um passo crítico para determinar a extensão de sua culpabilidade e para subsidiar a responsabilização civil e criminal dos envolvidos neste deplorável esquema.

Dessa forma, considera-se que o *RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA - RIF DE MARIA CEZARINA APARECIDA MORAES POLICARPO (CPF 117.063.808-28), DIRETORA DA UNSBRAS (UNIÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL), ENTRE JANEIRO DE 2023 E JULHO DE 2025* tem muito a subsidiar os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

